

RESUMO

A digitalização dos sistemas de saúde pública intensificou a produção e circulação de grandes volumes de dados pessoais sensíveis, tornando urgente a adoção de modelos robustos de governança da informação. A gestão ética, segura e eficiente desses dados é estratégica para a qualificação das políticas públicas, da administração sanitária e do atendimento ao cidadão. Nesse contexto, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018; LGPD) estabeleceu um marco regulatório fundamental ao disciplinar o tratamento de dados pessoais no setor público e privado. Esta dissertação apresenta uma revisão de escopo sobre a governança de dados pessoais na saúde pública brasileira, à luz da LGPD, com o objetivo de sintetizar evidências científicas e institucionais produzidas entre 2018 e 2025, a fim de subsidiar a elaboração de um Programa de Governança em Privacidade (PGP) aplicável à Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS). A metodologia seguiu as diretrizes do *PRISMA Extension for Scoping Reviews*, com buscas em bases científicas e fontes institucionais. Foram incluídos 19 documentos — 10 artigos científicos e 9 documentos da literatura cinzenta. Os resultados apontaram avanços normativos importantes, como a nomeação de encarregados, elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados e políticas internas de privacidade. No entanto, destacaram-se lacunas significativas, especialmente a ausência de padronização entre entes federativos, carência de estudos empíricos avaliativos e fragilidades na capacidade técnica de implementação das diretrizes da LGPD. Como produto técnico, foi elaborado um PGP voltado à realidade da SES/RS, estruturado em etapas preparatórias, executivas e operacionais, contendo inventários, planos, fluxogramas e indicadores. O produto técnico resultante oferece suporte prático à institucionalização da governança de dados sensíveis na saúde pública estadual, alinhando-se às diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Espera-se que sua implementação contribua para consolidar uma cultura organizacional voltada à proteção de dados pessoais no Sistema Único de Saúde (SUS), com potencial de replicação em outros contextos da administração pública.

Palavras-chave: Governança de dados pessoais. Privacidade. Saúde pública. SUS. LGPD. Brasil.

ABSTRACT

The digitalization of public health systems has intensified the production and circulation of large volumes of sensitive personal data, making the adoption of robust information governance models urgent. The ethical, secure, and efficient management of this data is strategic for improving public policies, health administration, and citizen services. In this context, the General Data Protection Law (Law No. 13,709/2018; LGPD) established a fundamental regulatory framework by regulating the processing of personal data in the public and private sectors. This dissertation presents a scoping review of personal data governance in Brazilian public health, in light of the LGPD, with the aim of synthesizing scientific and institutional evidence produced between 2018 and 2025 to support the development of a Privacy Governance Program (PGP) applicable to the Rio Grande do Sul State Health Department (SES/RS). The methodology followed the PRISMA Extension for Scoping Reviews guidelines, with searches in scientific databases and institutional sources. Nineteen documents were included—10 scientific articles and 9 gray literature documents. The results highlighted important regulatory advances, such as the appointment of data protection officers, the preparation of Data Protection Impact Reports, and internal privacy policies. However, significant gaps were highlighted, particularly the lack of standardization across federal entities, the lack of empirical evaluation studies, and weaknesses in the technical capacity to implement LGPD guidelines. As a technical product, a PGP tailored to the SES/RS reality was developed, structured into preparatory, executive, and operational stages, containing inventories, plans, flowcharts, and indicators. The resulting technical product offers practical support for the institutionalization of sensitive data governance in the state's public health system, aligning with the guidelines of the National Data Protection Authority. Its implementation is expected to contribute to consolidating an organizational culture focused on personal data protection within the Unified Health System (SUS), with potential for replication in other public administration contexts.

Keywords: Personal data governance. Privacy. Public health. SUS. LGPD. Brazil.